

AS CARNEIRADAS

Mário Márcio de Almeida Santos

da Universidade Federal de Pernambuco

Nas primeiras décadas do século passado, os impulsos centrífugos dos estados dominantes, vagamente inclinados ao federalismo, porém, mais sôfregos ainda da soberania local, contribuíram para assolar a capital da província num número extraordinário de revoltas, rusgas e motins. Basta recordar, entre outras, a Conspiração dos Suassunas, em 1801; a Revolução de 1817; a Convenção de Beberibe, em 1821; a Insurreição do Pedroso, em 1823; a Confederação do Equador, em 1824; Revolta dos Roma, em 1829; os levantes de 1831-1832: Setembrizada, Novembrada, Abrilada; as Carneiradas, em 1834-1835; além dos motins de 1844, 1845, 1847, para completar, finalmente, com a Praiaira, em 1848.

Tentar espartilhar todos esses movimentos sob a cômoda conceituação de "luta de classes", é escamotear o problema, diminuí-lo, crer na magia das palavras, supor que enunciar um nome exorciza as dificuldades e torna desnecessário submetê-lo ao crivo analítico da crítica. A intenção pode ser boa, mas desajustada à realidade concreta.

Aos crentes desse realismo ingênuo — mesmo quando por modismo se dizem marxistas — esses fenômenos são de uma simplicidade desconcertante. Para eles, conhecer significa formar conceitos, quer dizer, chegar a construir em nossa mente um conjunto de notas características para cada uma das essências que se realizam na substância individual. Através dos processos de abstração e generalização, forma-

mos ao pouco um verdadeiro arsenal de conceitos. Destarte, saber é ter muitos conceitos.

A história tem exigências mais rigorosas. Necessita do auxílio de outras ciências; não só da economia, como vulgarmente se pensa, mas da política, antropologia, demografia, até da psicologia. Se é certo que a história é social por definição, é também evidente que existem setores da realidade irreduzíveis a um enfoque que se apresenta como de natureza ideológica ou econômica. George Lefebvre convencionou chamá-los de História das Mentalidades Coletivas.

Esse novo enfoque, que estuda, entre outros, as manifestações pré-políticas, bem comuns, aliás, aos centros urbanos não atingidos pelo surto do capitalismo e da Revolução Industrial — foge inteiramente ao campo dos estereótipos do marxismo mecanicista, que procura, zeloso, identificar em qualquer manifestação contestatória, o vírus da "luta de classe" e exige uma rotulagem conceitual antecipada.

O estudo dessas manifestações populares impõe uma metodologia adequada, portanto, se já superamos a época da "história acontecimental" e seus postulados positivistas, há sempre a necessidade de que se reintroduza o individual — não por si mesmo, mas dentro do social. Por todas essas razões, são categorias da História: a época, o meio, as forças coletivas, sem esquecer o ser físico, singular, único, interligado às origens sociais, envolto, evidentemente, na psicologia coletiva que lhe dá sentido e o explica.

Demais, deve-se ter em mente, que numa sociedade fechada onde os canais de participação política estão vedados às massas, a violência passa a ser endêmica.

Cabe então uma retomada reflexiva dos dados da ciência histórica, uma análise intencional da cultura e do período definido por essa ciência, uma reconstrução da **Lebenswelt** histórica concreta, graças a qual o sentido dessa cultura e desse período transparece. Esse sentido não pode ser pressuposto, pois a História não se desvenda através deste ou daquele "fator", seja ele político, sociológico, racial, econômico. O sentido é latente porque originário. Conseqüentemente, deve ser reconquistado por uma postura metodológica segundo a qual a categoria causal perca sua ênfase no **por que isto aconteceu** para ganhar uma dimensão mais funcional de "explicação" ou "interpretação".

É essa metodologia que melhor se ajusta ao estudo dos motins populares nas cidades pré-industriais. Dentro dessa perspectiva, serão estudadas as agitações de 1834-1835, conhecidas pelo nome de "As Carneiradas".

Dos viajantes que escreveram sobre o Recife no século XIX — Maria Graham, Tollenare, Charles Darwin, os reverendos Kndder e Fletcher — a melhor descrição é a de Koster:

"Santo Antônio, observa ele, o bairro central, é composto inteiramente de casas altas e ruas largas, e se estes edifícios tivessem alguma beleza haveria um ar de grandeza, mas são muito altos para sua largura e a parte térrea serve para lojas, armazéns, oficinas, cocheiras e outros usos semelhantes. As lojas não têm janelas. Existe diferenças mínimas na distinção do comércio. Todas as mercadorias são vendidas pelas mesmas pessoas. Algumas das ruas menores têm casas mesquinhas e baixas. Aí estão o Palácio do Governador e prisão, as casernas, que são péssimas, os conventos dos Franciscanos e Penha, várias igrejas com interior ornamentado mas nenhuma grandeza arquitetônica." (1)

Para Oliveira Lima, a capital da província poderia ser qualificada de alegre, por causa

"da risonha perspectiva dos seus três arrabaldes ligados por duas pontes, uma das quais, a de Santo Antônio, recebia um acréscimo de animação de lojas que sobre ela se abriam e um verniz de elegância dos seus arcos terminais de cantaria. Seguindo a tradição portuguesa, as senhoras não saíam habitualmente senão para a missa, de madrugada, em rancho de família, a gozarem da fresca. Durante o dia forneciam todo o movimento falto de novidade mas não de variedade, os negociantes, na quase totalidade portugueses e ingleses; os frades esmoleres de conventos cuja consideração diminuía cada dia; a gente de cor, carregadores, vagabundos ou vendedores de frutas e bolos" (2).

Recife estava longe dessa visão alegre, pitoresca, mais ajustável a uma Bagdad de Harum Al-raschid e das "Mil e Uma Noites". Vauthier, três décadas depois de Koster, viu a cidade em seu verdadeiro contexto de miséria e opressão:

"Fomos pela ponte de Afogados, escreve ele, e voltamos pela da Madalena. Eram apenas 6 horas quando saímos e já fazia dia claro. Toda população masculina e feminina estava, pois, de pé, mulheres negras e mulatas já instaladas às portas de seus mucambos, olhando vagamente a rua, mostrando o colo e os seios; até meio caminho da cintura. Crianças de todas as idades e sexo; meninas, sobretudo, moldavam agradavelmente a figura das mães. Toda essa população ia passar assim o dia, em vaga contemplação vegetativa, recolhendo-se à sombra para deixar abrandar o sol e voltando à porta logo que ele desaparecesse. É assim a vida dessas criaturas que se vestem e se nutrem de ar, cobrem-se de um pouco de tecidos e comem alguns punhados de farinha de mandioca" (3).

Encravada numa zona de fome endêmica, conforme constata Josué de Castro (4), pouco iluminada, ruas estreitas, tortuosas, verdadeiros dédalos de cunho tipicamente oriental, onde mal penetrava o sol. Daí os surtos quase permanentes de febre amarela; malária, varíola, etc. Nos "Anaes de Medicina de Pernambuco" (1842-1844) consta a seguinte observação, talvez mais otimista que real:

"Esta cidade (Recife) tem sessenta a setenta mil almas. Tome-mos por termo médio o número sessenta e cinco mil. A duração da vida média deve ser aqui pouco mais ou menos de vinte e oito anos" (...) "Ora, dos homens e mulheres nascidos na mesma época só chegam a trinta anos 43%. As mulheres entram nesse número em maior proporção que os homens" (5).

Além da fome, insalubridade e falta de higiene, o desprezo mais absoluto pela vida humana. Segundo ofício encaminhado ao Vice-presidente da Província, o Major Comandante do Corpo de Polícia, José Maria de Melo Albuquerque, informa:

"Todos os dias se tem encontrado jazendo sobre as praças, ruas ou travessas, diversos cadáveres humanos já corrompidos" (6).

Outros indicadores dessa tensão social são os escravos e homens livres sem empregos, perambulando pelas ruas, onde a vagabundagem e a prostituição enchem as tabernas sórdidas, mal iluminadas, infectas.

Os escravos, principalmente, sensibilizam os viajantes que chegam à cidade. Sobre eles, escreve Tollenare:

"Os negros são desembarcados, por chalupas, em Santo Amaro, mas vêm logo depois, por terra, para a cidade.

São expostos à venda nas ruas do Recife diante das casas dos seus senhores. Vêm-se ali 400 a 500 juntos, acorados sobre táboas; empestam o bairro todo, tanto quanto repugnam a vista pelas pústulas e outras moléstias de pele de que um grande número está afetado; estão sortidos nestes mercados por lotes de homens, mulheres, moleques e molecas. Todas as manhãs os conduzem ao mar para se banharem.

A tarde são fechados em armazéns, não com receio de que se evadam — onde iriam parar estes pobres miseráveis que não sabem a língua da terra — mas, com medo de que não sejam furtados, coisa, dizem, assaz, freqüente" (7).

A fome e insalubridade, há que se acrescentar a insegurança, resultante lógico de dois condicionantes sempre presente: escravidão e desemprego. Com efeito, trata-se de uma organização social, em que só uma diminuta parcela dos homens livres é absorvida pelo mercado de trabalho, os demais, ou são escravos, ou clientes em potencial das poderosas minorias latifundiárias, que disputam o domínio administrativo da província.

Quase todos andam armados, inclusive cativos:

"No atrito dos negros armados de paus do Sr. Inglês com um furriel do Batalhão 17 de Artilharia, de nome José Batista, feriram a cabeça do negro e não se sabe se seus parceiros ou praças do Batalhão que acudiram" (8).

Mas não é apenas a massa desvalida de escravos ou desempregados, que promove distúrbios ou violências; estes, afinal, refletem os reajustes da estrutura econômica que os engendram. Bem acima deles, no topo mesmo da pirâmide social, muitos dirigentes das classes dominantes tomam parte no contrabando, no fabrico de moedas falsas, no roubo de escravos. São crimes, todos eles, que necessitam de um encadeamento de requisitos básicos, tora do alcance de simples cativos ou vagabundos. Exige articulações comerciais com outras províncias; uma sofisticada rede de escoamento, guarda e venda do resultado de todas essas atividades; impunidade garantida e proteção por parte das autoridades governamentais.

É o que se despreende, de forma indireta, do ofício do Te. Manuel da Silva Machado, comandante da 3.ª Cia., ao Cel. Manuel Cavalcanti de Albuquerque:

"Como tenho tido várias denúncias de que nesses Paquetes que têm chegado do Norte e do Sul têm trazido cobre em folha e que o tem passado por contrabando sem ir à Alfândega, motivo porque tenho feito sair algumas patrulhas extraordinárias para vigiarem este objeto, comandadas por sargentos e algumas vezes debaixo do meu Comando" (9).

O cobre destinava-se à manufatura do dinheiro. As autoridades pernambucanas estavam atentas, porém o mecanismo estatal era pequeno e incapaz de enfrentar as poderosas famílias locais, muitas delas envolvidas no roubo de escravos, contrabando e cunhagem de moedas.

"Constando a este Governo — escreve o Presidente da Província, José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos — que ultimamente se tem passado contrabando de bordo de embarcações para terra grande proporção de cobre em folha, abuso duplicadamente punível dos direitos que devem pagar na Alfândega esse metal, e por haver presunção que seja para o criminoso fabrico de moeda falsa; ordeno ao Comandante do Registro que empregue a mais cuidadosa vigilância a fim de impedir meros contrabandos e apreender o cobre que encontrar passando por ali." (10).

Todo rigor fiscal é no entanto anulado pelas flutuações políticas. A facção que no momento ocupasse o poder, logo demitia os correligionários do grupo derrotado.

"A praia, lembra Nabuco de Araújo, que censurou ao Barão da Boa-Vista por ter dado 32 demissões durante sete anos, viu e aplaudiu essas demissões em massa dadas pelo Sr. Manuel de Souza em número de mais de 300, durante a sua administração de 36 dias; veio o Sr. Chichorro, consumou a obra de devastação e deu também cerca de 350 demissões" (11).

Os minguados quadros da administração pública eram praticamente tomados de assalto pelo grupo político vencedor e ocupado por sua clientela. Daí a corrupção, a incompetência, a impunidade. Por vezes, a apropriação indébita de bens e dinheiros públicos, atingia tais proporções, que haviam esporádicas resistências nas esferas governamentais (12).

O próprio governo, dominando e dominado por sua clientela, não tinha condições de debelar o roubo e a violência. O Pe. Lopes Gama, apesar de só apontar seus inimigos políticos, escreve sobre o assunto:

"Que importa que o Barão da Boa-Vista por uma parte promovesse obras públicas, e desse impulso a teatro e bailes, se por outra parte os contrabandos ferviam ao norte e ao sul; se as cédulas falsas introduziam-se escandalosamente na circulação, se as mesmas obras públicas eram uma mina para certos sujeitos; se vários parentes do mesmo Barão roubavam e matavam a torto e a direito, e os homicídios se haviam multiplicado a tal ponto que o Presidente Thomas Xavier perante a Assembléia Provincial, dando conta do estado do país durante os dois anos próx. pas. chegou a dizer que nos íamos tornando um povo Ismaelino de costumes sáfaros" (13).

Se internamente Recife fervia no ódio e na violência, externamente, a revolta encurralava a cidade. Ao Sul, nas proximidades da capital, desde o lugar Pau Seco, até Ponte dos Carvalhos, multiplicavam-se os grupos de assaltantes (14); ao Norte, vários quilombos, dos quais o do Catucá, dominava das matas de Beberibe até Goiana, ameaçando as comunicações com a Paraíba e as demais províncias do Norte. A situação torna-se tão grave, que certa vez, Francisco José Meira, Presidente da Paraíba, escreve para Pernambuco:

"O Correio desta cidade para esta Província terá princípio no dia 20 do corrente, para cujo fim mandou fazer duas grandes malas para a condução das cartas; e como se acha quase vedada a comunicação desta Província para essa vila de Goiana, pelos assassínios e roubos cometidos na Estrada pelos Negros do Catucá e outros com a capa de Negros, muito convém

que V. Excia. dê prontas providências sobre este objeto, para o que estou pronto a coadjuvar-lhe; e enquanto durar o impedimento referido não podem os Correios por aí transitarem" (15).

Para agravar o problema social de uma cidade sem indústrias, o comércio recifense é dominado por estrangeiros, portugueses, principalmente, além de franceses e ingleses.

Verdadeira metrópole nordestina, à capital pernambucana convergem camponeses sem terras, fazendeiros arruinados e negros libertos, todos atraídos pelo porto, com seus navios, seus estaleiros, ou pela vaga esperança de fazerem parte da clientela de algum líder político.

Natural, que numa cidade pré-industrial, com um mercado de trabalho inferior ao da oferta de mão-de-obra e destituído de canais ajustados à participação política das grandes massas, surgisse, as mais cínicas e irresponsáveis manifestações demagógicas.

As condições objetivas existem: uma população carente dos meios necessários à sobrevivência, que os transforma numa reserva altamente inflamável, prestes a queimar ao menor atrito, já que a necessidade não consulta nem a equidade nem a razão. Por isto, sem reflexão, essa massa de desempregados deixa-se conduzir por hábeis manipuladores, que sabem empregar a química das palavras melífluas, adaptando aquela fermentação revolucionária às suas ambições particulares.

Dentro desse contexto, é que podemos compreender a atuação dos irmãos Carneiro Machado Rios, nos motins de 1834-1835, *As Carneiradas*.

A primeira delas ocorre em janeiro de 1834. Na época, Pernambuco era presidido por Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, homem tímido, irresoluto, que enfrenta não só os problemas econômicos da província, mas as graves consequências da superabundância e desvalorização da moeda de cobre, de curso forçado e ruinosos efeitos. Demais, uma crise político-militar ameaça diretamente o governo. Desde 1832, a facção restauradora tenta recuperar o poder. Com o fracasso da *Abrilada*, o movimento troca o centro pela periferia. Transfere-se para a área interiorana, onde, com a adesão de alguns índios e pequenos proprietários, revoltados com o recrutamento compulsório, a parcialidade da justiça, as arbitrariedades policiais e, acima de tudo, falta de terras e alta dos impostos, apoiam os cabanos.

Na capital a situação torna-se mais explosiva quando o Diário de Pernambuco publica uma carta do Gen. Abreu e Lima, para seu irmão Luís Roma. Nela, o "general das massas" diz em resumo:

"... Lula, o Norte he quem há de decidir o problema: se tu logras dirigir os Cabanos há um centro comum, e consegues um primeiro triunfo, podes contar que a minha incorporação ao partido he o sinal de um movimento geral" (...). "Eu estou em inteligência com as pessoas da Europa influentes com quem me tenho entendido; e a Duquesa de Bragança não confia tanto em ninguém como em mim..." (16).

Ora, com a publicação desse documento — que havia sido apreendido pela polícia — a exaltação popular ganha novo impulso. A população recifense, em sua esmagadora maioria, opunha-se ao partido luso, e desde 1824, odiava Pedro I pelos excessos cometidos pelas Comissões Militares sobre os participantes da Confederação do Equador.

Desse modo, o perigo de uma nova *Abrilada* e a junção dessas forças com os cabanos, torna-se uma preocupação geral. Contudo, justamente nessa crise, ocupa o go-

verno um homem como Francisco de Paula Almeida e Albuquerque — falto de energia, hesitante, indeciso.

A opinião pública reclama uma intensificação da luta contra os cabanos e clama por medidas severas sobre os restauradores e os portugueses sediados no Recife.

A 15 de janeiro, a Câmara Municipal aconselha o governo a adotar uma série de medidas:

- a) dar mais amplos poderes ao chefe das forças legais para "providenciar convenientemente sobre as ocorrências que se fossem realizando";
- b) transferir para Fernando de Noronha as pessoas presas e pronunciadas como partidárias dos cabanos;
- c) providenciar a prisão do General Abreu e Lima;
- d) dar posse ao novo Conselho eleitor para o ano de 1834;
- e) vigiar os indivíduos suspeitos através dos Juizes de Paz" (17).

As condições objetivas são excelentes para o surgimento dos demagogos. Disso aproveitam-se os irmãos Machado Rios, que logo no dia seguinte, reúnem no Campo dos Canecas (Pátio do Terço) os batalhões de Guardas Nacionais do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, ocasião em que Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios distribuem aos "Dignos e Livres Pernambucanos", o seguinte Manifesto:

"Os Pernambucanos, reunidos para desviar o progresso de males já existentes, tolerados por tempos, e para evitar outros que amiação de novo e que anuncião a audaciosa larga dos revoltosos de Panelias e Jaculpe, asseverada por Offícios de Commandante de Pontos, que operão em favor do Governo se S.M. o Snr. D. Pedro 2.º em que se descreve o miseravel estado, a que se achão reduzidos, a ponto de lhes não ser possível coadjuvar a seus companheiros de Armas e de campanha estacionados em pontos vizinhos; ameaçando o Brasil as notícias da Corte, não contrariadas, as cartas impresas do suposto General Colombiano a seu irmão Luiz, o que junto demonstrão uma prestes e lastimosa catastrofe às Liberdades Públicas Brasileiras e às dos Pernambucanos, resolverão reunirem-se para coadjuvar o Governo da Província no arduo honroso e glorioso trabalho de execução e pratica dos Artigos, que lhe endereçarão e de cuja execução pende a salvação da Província, declarão que só têm vista o fim, a que se têm proposto, e não consertem excesso de personalidades, e vinganças, que pelo contrário serão pelas Autoridades constituidas reprimidas, com auxílio dos reunidos. Os reunidos resolverão declarar aos seus comprovincianos, e aos Brasileiros os motivos e fim de sua reunião, para arredarem toda a suspeita, e temerarios juizos de tão extraordinário, como necessário passo.

Campo dos Canecas, 16 de janeiro de 1834" (18).

Aparentemente, trata-se de um apoio ao governo. O Manifesto chega mesmo a coibir "excessos de personalismos" e repelir todos aqueles que por "temerários juizos", poderiam vislumbra algum interesse mercenário por parte dos seus promotores. Na verdade, porém, tais ressalvas não enganam os mais atilados, mesmo porque, se de público mostram tanto altruísmo, na prática não conseguem dissimular seus intentos, posto que uma comissão dos mais graduados leva a Francisco de

Paula Almeida e Albuquerque, um ultimato, que intima-o, entre outras coisas, às seguintes medidas:

"Artigo 1.º — Que sejam removidos para a Ilha de Fernando de Noronha todos os Portugueses, Brasileiros natos e adotivos, indigitados pela opinião pública como restauradores e co-niventes com os salteadores de Panelas e Jacuipe.

Art. 2.º — Que o Governo empregue todos os meios aptos para concluir já e já a guerra de Panelas, dispondo da força necessária, e que se acha em campo, e de mais que puder obter, continuando-se a guerra com divisão do terreno.

Art. 3.º — Que seja imediatamente preso e remetido para Fernando, por três meses, todo o oficial superior ou subalterno, que sendo nomeado para marchar, negar-se a tão sagrado dever.

Art. 4.º — Que sejam recolhidos à Fortaleza do Brum, por três meses, os inferiores e soldados, que sendo nomeados se negarem a marchar.

Art. 5.º — Os reunidos protestam ao Governo contra qualquer medida hostil que haja de empregar para frustrar a execução dos presentes artigos, comprometendo-se os reunidos a conservar a ordem e obediência às leis e o respeito às autoridades constituídas, declarando perante Deus e os homens, que eles não são responsáveis pelos terríveis efeitos que resultaram desta reunião se acaso o Governo, não anuindo às súpplicas, quizer tomar medidas contra ela" (19).

Os irmãos Machado Rios contam que Francisco de Paula se transforme num fantoche em suas mãos, para, dos bastidores, governarem a Província.

Francisco de Paula tem um último gesto de dignidade e tenta reagir. A agitação no entanto recrudescer, e ele, sempre pusilânime, torna a retroceder. Mas antes, alegando doença, reúne o Conselho e demite-se do cargo. Sucede-lhe o Vice-Presidente, Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

Ao contrário de seu antecessor, Paes de Andrade é homem enérgico. Revolucionário de 1817 e Presidente da Confederação do Equador; por todas essas razões, estava talhado para enfrentar, intemorato, as provocações demagógicas dos irmãos Carneiro Machado Rios.

Não demora em reunir um dispositivo militar superior ao dos facciosos e dar às forças governistas um comandante valente e experimentado, o Ten-Cel. José Joaquim Coelho.

Os opositoristas percebem o esfriamento do apoio popular e sentem que as forças reunidas no Campo dos Canecas são inferiores às que Paes de Andrade consegue recrutar.

Recuam. E, assim,

"Na noite do dia 17, tudo estava tranqüilo e em sossego, não tendo havido até então o menor insulto" (20).

Termina então, ingloriamente, a primeira Carneirada.

Durante o início de seu governo. Paes de Andrade conhece grandes vitórias, tanto políticas quanto militares.

Foi reconhecido senador pela Regência e efetivado na Presidência de Pernambuco, em 22 de janeiro de 1834. Outrossim, com habilidade e energia, consegue reduzir o movimento cabano a um núcleo insignificante de rebelião rural, dando ao Recife um ano inteiro de relativa paz.

Todavia, não tinha meios nem condições de colocar o regime em bases mais justas e humanas, razão pela qual continua a manifestar-se, terrível em sua violência epidêmica, motins mal definidos ideologicamente e insurreições que refletem, de forma incoerente e contraditória, a insatisfação social reinante.

Na superfície, qual **iceberg**, a sublevação mostra-se menor que a realidade deixa entrever. Mas para o observador atento, os jornais da época figuram um bom termômetro dessas forças subterrâneas. **O Velho de 1817**, defende a reação monárquica; **O Velho Pernambuco**, ao contrário, combate os restauradores; **A Palmatória dos Toleiros**, os que se afastam "das regras da decência e das regras filológicas"; a **Sentinelinha da Liberdade na sua Primeira Guarita**, **A De Pernambuco, Onde Hoje Brada; Alerta!**, de Cipriano Barata, pugna pelo federalismo.

Por fim, em 24 de setembro de 1834, morre o Duque de Bragança. Os restauradores perdem então a principal força motivadora que os anima. Politicamente, o movimento cabano deixa de ter qualquer sentido. A revolta no entanto subsiste, apoiada por certas facções que necessitam de instabilidade social para alcançarem o domínio administrativo da província. Por outro lado, os insurretos — índios, camponeses sem terras e alguns fazendeiros — tinham seus próprios objetivos.

Aparentemente, é paradoxal que as camadas mais pobres e desvalidas do camponato dessem seu apoio a uma revolta que originara-se entre as forças mais retrógradas da reação monárquica. George Lefebvre constata o seguinte sobre esses fenômenos:

"em todas as **jacqueries** que conhecemos bem, como por exemplo as de 1358 na França, 1381 na Inglaterra, 1525 na Alsace, em Souabe e na Franconie, viu-se, através dos tempos, burgueses e até nobres e sobretudo os padres porem-se do lado dos camponeses pelos mais variados motivos cuja própria variedade prova não haver nenhuma idéia de conluio. Nas revoltas rurais de julho de 1789, tais excitações só podiam exercer uma ação episódica. **Para intervir, os camponeses tinham suas próprias razões que eram amplamente suficientes**" (21).

Não demora, os irmãos Carneiro compreendem que pouco adiantara a deposição de Francisco de Paula. O novo governante, Manoel de Carvalho, homem enérgico e resoluto, fez com que malograssem os seus planos. Desesperados, Antônio e Francisco Carneiro tentam novo ataque. Assim, logo nos primeiros dias de junho, reúnem uma grande multidão no Campo do Erário, onde chegam, pelas oito horas da manhã, fardados, a cavalo, e acompanhados de certo número de praças da Guarda Nacional. Tomando vulto o ajuntamento, declara Antônio Carneiro que aquela convocação popular tinha por objetivo dirigir uma representação ao Presidente da Província, solicitando medidas enérgicas para acabar com a revolta dos Cabanos, que vinha se arrastando desde 1832 (22).

Intimorado, Manoel de Carvalho enfrenta os manifestantes. Diz que ninguém mais do que ele deseja o término daquela luta; que está disposto a fazer o possível para dar fim à Cabanada; que aproveita a ocasião para convidar os irmãos Carneiro Machado Rios a fim de marcharem com ele contra os revoltosos.

Foi um golpe de mestre. Antônio Carneiro viu-se compelido a aceitar o comando de uma das colunas expedicionárias, ficando, por conseguinte, sem condições de criticar o governo.

Contudo, se bem que de público não pudesse fazê-lo, veladamente continua a conspirar.

"Seguiu o caudilho, observa Alfredo de Carvalho, a capitanear forças legaes em aparente consórcio com as intenções do governo; na realidade serviu-se do ensejo para espalhar entre seus subordinados a semente nefasta de seus planos subversivos, e logo voltou ao Recife a conspirar" (23).

Manuel de Carvalho, porém, age com firmeza. A 7 de outubro, Francisco Carneiro substituído no comando interino da Guarda Nacional por Manoel Antônio Vieira (24), em novembro, foram expedidas ordens a Antônio Carneiro para que regressasse com as Guardas Nacionais e Municipais Permanentes, de Lagoa dos Gatos, deixando a cidade sob o comando do Cap. Francisco Vitor (25).

Batidos mas não conformados, os dois urdem um plano engenhoso. Aceitam a transferência ordenada, porém transferem suas forças para a capital.

Desse modo, atacada no centro e na periferia, a cidade teria de capitular, porque a maioria das forças governistas estavam em Lagoa dos Gatos, Água Preta e Limeira, dando combate aos insurretos

A rebelião tem início em 11 de janeiro de 1835, no acampamento de Lagoa dos Gatos. Antônio Carneiro escolhe dois lugar-tenentes, os sargentos José Pedro de Souza e José Joaquim de Barros, os quais, sob a alegação de que não recebiam rações há três dias, levantam a tropa e marcham para Recife com duzentos homens e uma peça de artilharia.

Só no dia 16, Manuel de Carvalho toma conhecimento do ocorrido. Imediatamente, manda publicar o seguinte comunicado:

"Pernambucanos! Hum pequeno Corpo (200 praças) ensobor-dinou-se e em tumulto esquecidos de seus deveres para com sua e nossa Pátria, deixou o Acampamento de Lagoa dos Gatos, no dia 12 do corrente e se encaminha para esta capital.

Pernambucanos! Descançai tranquilos que o Governo cuida na segurança de vossas vidas e propriedades: auxiliai as Autoridades Policiais no cumprimento de seus deveres e obedecei à Lei.

Palácio do Governo de Pernambuco, 16 de janeiro de 1835 — Manuel de Carvalho Paes de Andrade" (26).

Ato contínuo depois de alertada a população, o governo toma providências para debelar a revolta: garante a passagem da Madalena com "briosos guardas-nacionais da povoação de Casa Forte" e pessoalmente assume o comando das forças deslocadas para a "povoação dos Afogados" (27).

Os amotinados perdem logo dois trunfos valiosos, a surpresa e o deslocamento rápido das tropas sublevadas em Lagoa dos Gatos. Com efeito, estas se movimentam com uma lentidão tão enervante, que força os conspiradores recifenses a se levantarem antes da junção dos dois contingentes. Para isto, os irmãos Carneiros Machado Rios convocam seus partidários ao Campo dos Canecas, lá, no mais puro estilo demagógico, vazio, sem qualquer conteúdo ideológico ou programático, Francisco Carneiro lança o seguinte manifesto aos seus "amados patricios":

"Eis-me à frente de vossos honrados Compatriotas, com elles armados, e resolvido a debelar de huma vez o império do arbitrio e da iniquidade, que no curto período de 11 meses tem afrontado as leis e a liberdade de hum modo nunca visto no tempo da excommunhão Colonial, e nem ainda no singularissimo governo do Duque de Bragança (...).

Eis o meu designio, e de todos que commigo e para o mesmo fim correrão velozmente às armas. Commigo e para o mesmo fim, vinde amados Patriotas meos, vinde unir as vossas forças. Não hesitemos entre a glória de salvar a Patria e a infamia de seguir as paixões de seus tiranos. Saibão elles, saiba o Brasil, e o mundo inteiro, que já nos supunham adormecidos no lathago da escravidão, que ainda não he tempo de zombar de nós! (...). (28).

No dia 21, Antônio e Francisco Carneiro ocupam grande parte dos bairros de Santo Antônio e da Boa Vista. Em seguida, acompanhados de grande multidão, cercam o Palácio do Governo. Manoel de Carvalho conta somente com uma guarda de trinta homens. Mesmo assim, resolve resistir. Diz Pereira da Costa, que Antônio Carneiro adiantou-se e intimou-o a que se demitisse do governo, "por ser Carvalho madeira velha". Manoel de Carvalho, sempre valente, responde-lhe então: "Carvalho é madeira velha mas cozinha bem um carneiro" (29).

Em sua maioria, os carneiristas eram desocupados e aventureiros. Com a reação governamental, dispersam-se. Para evitarem o cárcere, Antônio e Francisco Carneiro se refugiam em Santo Antão.

Termina assim, ingloriamente, a segunda Carneirada.

Não obstante as justas revoltas do povo recifense contra tantas perturbações, os irmãos Machado Rios e seus partidários nada sofrem por parte da justiça. Ao que tudo indica, havia uma convivência tácita com os Juizes de Paz, motivada, talvez pelo prestígio que os primeiros gozavam entre a massa e pela pusilanimidade dos segundos. O Velho Pernambucano teve a coragem de acusá-los.

"que a maior parte dos Juizes de Paz desta cidade procederão de tal maneira contra os Sediciozos, que em bem poucos Distritos serão pronunciados os Srs. Carneiros, apesar da publicidade com que em pleno dia e à face de todo o povo ousarão pôr-se à frente de huma porção de bandarras e atacam o Palacio do Governo, proclamarão a sua queda e que nenhuma autoridade criminal se atrevia a prende-los, mesmo depois de pronunciados, pôsto que fossem quasi todas as noites encontrados nas ruas, e se soubesse que passavão os dias em suas proprias cazas" (30).

Não contando com o apoio do judiciário, Manoel de Carvalho trata de armar um esquema militar para garantir a ordem pública; desse modo, determina ao Comandante das Armas que colocasse uma peça de artilharia em frente ao Palácio, dando ordens expressas de dispersar qualquer ajuntamento nas imediações do paço governamental (31).

Todavia, a impunidade dera alento aos irmãos Carneiro Machado Rios. Aliás, não só a impunidade, mas as notícias da Cabanada no Pará e das rusgas de maio no Mato Grosso.

Dessa vez, renunciam a um ataque frontal; preferem uma ação indireta, uma surtida no Poço da Panela. Antes, espalham o boato de uma investida às povoações de Afogados e dos Coelhos. O objetivo óbvio é dividir as forças legalistas. O plano, em

parte, tem sucesso, pois o governo desloca tropas para essas três localidades, permitindo que os Carneiristas atacassem a residência do Tenente-Coronel Luís Antônio Alves Mascarenhas, para em seguida ocuparem Casa Forte.

Os insurretos esperam engrossar suas fileiras antes de atacarem os bairros centrais do Recife. Subestimam, no entanto, a capacidade de reação do Presidente Manoel de Carvalho. Este, rápido, envia um contingente de 260 homens sob o comando do Tenente-Coronel José Joaquim Coelho. Os amotinados que se haviam instalado em Santana, retiram-se logo pela estrada de Casa Forte, sendo perseguidos até o engenho Borrvalho, distante 24 quilômetros da capital.

Seguem-se alguns combates, até que, vencidos e cercados, internam-se nas matas do Catucá. Em 28 de março, Antônio Carneiro reconhece que não há condições de proseguirem na luta, despede-se dos companheiros e aconselha-os a se dispersarem.

As sedições de 1834 - 1835 (32), bem como todas as demais ocorridas em Pernambuco durante o governo regencial, dispensam conclusões ideológicas, posto que suas manifestações políticas são rudimentares, típicas de

"... todas as classes do homem pobre urbano para a obtenção de transformações econômicas ou políticas pela ação direta — isto é, através de tumultos e rebeliões — mas que não se inspirava como não se inspira em nenhuma ideologia específica ou que, se de todo não consegue encontrar expressão para as próprias aspirações, manifesta-se em termos de tradicionalismo e conservadorismo (...). Era um movimento "pré-político" e como tal primitivo no nosso sentido. É estranho que, apesar da turba e dos tumultos correspondentes terem sido sempre muito comentados em todas as épocas e, sobretudo muito condenados, sejam tão surpreendentemente pouco estudados" (33).

Com efeito, numa cidade pré-industrial, na qual a maioria da população estava excluída do mercado de trabalho, essa turba vivia em contínua fermentação contestatória, não obstante ser incapaz de dar uma expressão concreta às próprias aspirações ou necessidades.

Exemplo disto são os irmãos Carneiro Machado Rios. Em nenhum dos seus muitos comunicados — para "o Brasil e para o Mundo" — há a mínima referência às mudanças institucionais, reformas, impugnação ao sistema, etc. Suas críticas são vagas, imprecisas, destituídas de algum conteúdo reivindicatório. Quando se dirigem aos "dignos Pernambucanos", em 16 de janeiro de 1834, alegam que "estão reunidos para desviar o progresso dos males já existentes". Em ofício encaminhado na mesma época ao Presidente da Província, reafirmam que "estão reunidos e protestam ao governo contra qualquer medida hostil que haja de empregar para frustrar a execução dos presentes artigos, comprometendo-se os reunidos a conservar a ordem e obediência às leis e o respeito às autoridades constituídas." Já na "Proclamação" datada de 19 de janeiro de 1835, diz Francisco Carneiro Machado Rios: "Eis-me à frente de vossos honrados Compatriotas, com elles armados, e resolidos a debelar de huma vez o império do arbitrio e da iniquidade, que no curso de 11 meses tem affrontado as leis e a liberdade de hum modo nunca visto no tempo da excommunhão Colonial, e nem ainda no singularissimo governo do Duque de Bragança".

As circunstâncias peculiares do Recife, nas primeiras décadas do século passado, forneciam condições ideais para esse protesto quase endêmico contra o rico e o opressor, muitas vezes simbolizado no próprio governo. Disto resulta o aparecimento de demagogos, como os irmãos Carneiro Machado Rios, os quais facilmente desperdiçavam vagos sonhos de poder e esperança de justiça.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS

- 1) Koster, Henry — **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2.º Ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 30.
- 2) Oliveira Lima, Manoel de — **Pernambuco seu Desenvolvimento Histórico**. 2.º Ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1975, p.p. 222-223.
- 3) Freyre, Gilberto — **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Rio de Janeiro, J. Olympio, II.º Tomo, 1960, p.p. 569-570.
- 4) Castro, Josué de — **Geografia da Fome — A Fome no Brasil** Rio de Janeiro, "O Cruzeiro", 1948, mapa 1, p. 405.
- 5) **Anaes da Medicina em Pernambuco (1842-1844)**. 2.º Ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1977, p. 303.
- 6) Ofício de 27 de junho de 1830. **Código Polícia Militar, 1825-1832** (daqui por diante referido PM — 1). Arquivo Público do Estado de Pernambuco (daqui por diante referido APE PE).
- 7) Tollenare, L. F — **Notas Dominicais**. 2.º Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 109.
- 8) Ofício de 17 de jun. de 1826. **PM — 1**, APEPe.
- 9) Ofício de 18 de set. de 1828. **Ibid**.
- 10) Ofício do Presidente José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos ao Comandante do Registro do Porto, 28 set. de 1831. **Código Presidentes de Província (1829-1831)**, (daqui por diante denominado PP — 6), APEPe.
- 11) Nabuco de Araújo, José Tomás — **Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praeiro ou História da Dominação da Praia**. Pern. Typ. União, 1847, p. 16.
- 12) Cfr. **D. Pern.**, Recife 16 ago. 1831.
- 13) **O Sete de Setembro**, Recife, 27 fev. 1846.
- 14) Cfr. **D. Pern.**, Recife, 4 ago. 1831.
- 15) Ofício de 9 set. 1831. **Código PP — 6**. APEPe.
- 16) **D. Pern.**, Recife, 12 jan. 1834.
- 17) **D. Pern.**, Recife, 17 jan. 1834 Apud. Carvalho, Alfredo de in **As Carneiradas**, **R. Inst. Arqueol hist. geoar. pern.**, Recife, N.º 74, 1908.
- 18) **Ibid**.
- 19) **D. Pern.**, Recife, 20 jan. 1834.
- 20) **Ibid**.
- 21) Lefebvre, Georges — **O Grande Medo de 1879 — Os Camponeses e a Revolução Francesa** Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 99. (Os grifos são nossos).
- 22) Cfr. Pereira da Costa, F Augusto — **Anais Pernambucanos** Recife, Arquivo Público Estadual, Vol. X (1834-1850), 1966, p. 6.
- 23) Carvalho, Alfredo de — **Op. cit.** p. 602.
- 24) Ofício dirigido a Manoel Antônio Viêgas, em 7 de outubro de 1834. **Código PP — 8** (1834 - 183). APEPe.
- 25) Ofícios dirigidos, respectivamente, a Antônio Carneiro Machado Rios e ao Comandante das Armas, em datas de 14 e 15 de nov. 1834. **Ibid**.
- 26) **D. Pern. Recife, 17 jan. 1835**.
- 27) Cfr. **D. Pern.** Recife 22 jan. 1835.
- 28) Apud. Carvalho, Alfredo de — **Op. cit.** p.p. 604-605.
- 29) Pereira da Costa, F. Augusto — **Diccionario Biographico — Pernambucanos Celebres**. Recife, Typ. Nacional, 1882, p. 6562.
- 30) **O Velho Pern.** Recife, 23 mar. 1835.
- 31) **Código PP — 8**. APEPe.
- 32) Optamos pelos termos recomendados por Tournier, M — **Le Vocabulaire de la Révolution**. In **Annales Historiques de la Révolution Française**, jan-mar. 1969, 196, p.p. 108 s.s.; Dubois, Jean — **Le Vocabulaire Politique et Social en France de 1869 à 1872**. Paris, Larousse, 1962; Godechot, Jaques — **Les Révolutions 1770-1799**. Paris, P. U. F. 1963.
- 33) Hobsbawm, E. J. — **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, p. 139.